

A MEMÓRIA DOS *BENEFÍCIOS* EM SÉNECA E NO INFANTE DAS SETE PARTIDAS

Manuel Augusto Naia da Silva

Um dia, Júlio César sentou-se na sua cadeira de juiz do povo para dirimir uma questão de má vizinhança. Um dos acusados aproxima-se e fixa os olhos no Imperador. Este não o reconhece. Ao dar-se conta do facto, o pobre homem antecipa-se a qualquer pergunta apelando à *memória* do Divino Júlio. Interpela-o no sentido de ele se recordar de um evento de guerra ocorrido então há alguns anos, num local dos arredores de Sucrão, na Espanha Tarraconense: a chegada a um sítio ermo onde restava apenas a sombra de uma frágil árvore perante a calma da tarde, o cansaço até à exaustão, a sede que a todos consumia, a ajuda de um modesto servidor ao estender ao seu chefe militar um manto para se recuperar do esforço despendido e ao alcançar-lhe a preciosa água com o recurso ao próprio capacete. Como resposta, diz lembrar-se de tudo isto, inclusivamente, da figura do soldado. É – lhe afirmado, então, que só não reconhece o seu antigo soldado na personagem que tem na sua frente, porque o capacete fora desfeito pelas incidências da guerra, e a cara por ele protegida havia de sofrer, mais tarde, a ablação de um dos olhos, numa refrega junto ao rio Munda. Surpreendido pela revelação, César nada mais quis ouvir e mandou o homem em paz, liberto de qualquer acusação, manifestando desta forma o seu agradecimento por um acto já pertencente ao passado.

Esta micronarrativa encontra-se registada no tratado *De Beneficiis*¹ do filósofo Sêneca, o filho do Retor do mesmo nome. O nosso Infante D. Pedro, o das Sete Partidas, morto em Alfarrobeira, vítima controversa de guerras intestinas, aproveitou este excerto em língua latina, como tantos outros do mesmo escrito, ao elaborar a *Virtuosa Benfeitoria*², catorze séculos mais tarde³.

¹ Cf. V, XXIV, 1-3.

Utilizamos a edição crítica de F. PRÉCHAC, Paris, “Les Belles Lettres”, 1972, cujas citações são delimitadas pelo *livro*, *capítulo* e *parágrafo*.

² Cf. 5, 6 (277.9-35; 278.1-5).

Recorremos ao texto da única edição crítica até hoje publicada, da autoria de A. ALMEIDA CALADO, Coimbra, Universidade, 1994. Nas notas, registar-se-ão consecutivamente o *livro*, o *capítulo* e, entre parênteses, a *página* e as *linhas* respectivas.

³ O Infante Dom Pedro deixou-nos as circunstâncias em que foi redigida a *Virtuosa Benfeitoria*. Com efeito, ao introduzir uma “Dedicatória” dirigida ao seu irmão, o rei Dom Duarte, acabou por fornecer alguns pormenores sobre as intenções e, até certo ponto, sobre o grau de autoria.

Esta “Dedicatória” pretende colher os favores do então infante Dom Duarte relativamente a este escrito. Recorda-se, por isso, a situação em que o país se encontrava, que era a de guerra iminente com os castelhanos. Tal exigira a reunião das Cortes em Santarém, que se sabe terem ocorrido em pleno mês de Agosto de 1418. Foi esse evento que proporcionou um significativo diálogo sobre o *ponto ou termho* do chamado *Livro dos benefefficios* que havia sido começado *em aquelle anno*. Desse encontro ficou bem a claro que tal escrito era obra de apenas alguns meses e que, uma vez relido, dava lugar a muitas lacunas *dignas de emmenda*. Da parte do Rei e do irmão Duarte, o Infante nada mais colhe do que *mandados assy desvayrados*, isto é, opiniões divergentes acerca do que fazer a seguir. Entre o apelo ao seu termo por parte de Dom Duarte e a desistência do prosseguimento de um trabalho inadequado ao tempo de guerra segundo a opinião do Rei, é de supor que Dom Pedro tenha acabado por contentar a ambos, ao decidir dar o Livro de *encomenda* a Frei João Verba, ficando ele, desta forma, liberto para as tarefas bélicas de proveito mais imediato. Era o frade dominicano um *lecenciado* e tão somente seu confessor. Por nada mais se ter acrescentado quanto às tarefas por este desempenhadas, poder-se-á concluir, como mera hipótese, que a complementação da obra terá durado, no máximo, até 1423, ano da nomeação para *Prior* do Mosteiro de São Jorge. Além disso, também significativamente entregou a este um outro livro da autoria de Sêneca que lhe tinha servido de inspiração: “en que me eu fundara”. Com efeito, a maior parte da obra ficava a constar de *dictos de Seneca e doutros douctores*, sendo estes últimos certamente decorrentes dos vastos conhecimentos do religioso sobre a matéria.

No momento em que o Infante redige esta “Dedicatória”, o livro *agora de todo he ja acabado*. Sendo Dom Duarte tratado como *Infante*, a obra teria, acima de qualquer outra hipótese, como data-limite do seu acabamento o ano de 1433, precisamente quando este ascendeu ao trono como Rei. Por isso, o envia a seu irmão para dele fazer o *primeyro uso*. Para mais fácil utilização, não se esqueceu da *tavoa* com todos os *livros e capitulos*. Ainda para alcançar um melhor acolhimento, não deixa de recordar que a obra foi elaborada na assunção da maior responsabilidade pessoal: *per minha devisa e per meu acordo*.

A ocorrência exemplar, que ambos os textos transmitem, vem a propósito da necessidade de, muitas vezes, alguém ter de lembrar a recepção de um benefício para que daí surja o agradecimento. Coloca-se, por isso, o problema da *memória* de um *acto* que não deve constituir-se definitivamente como termo de um processo. Se César não fosse lembrado, nunca mais o feito cometido pelo soldado voltaria à sua origem pela via do acto de agradecer. É que, para ambos os autores, a *circularidade* (a *Virtuosa Benfeitoria* dar-lhe-á o nome de *retornança* ou *retornamento*) dos actos humanos assente no *dar*, no *receber* e no *agradecer* garante, por si só, a harmonia universal na organização de qualquer tipo de sociedade.

Mas o ponto extremo, o acto de agradecer, deve ser espontâneo, fruto de uma vontade responsável pelo bem recebido. E se falha a *memória* do benefício? Eis o problema! Para obviar a esta não rara insuficiência da conduta humana, o *De Beneficiis* recorre à *admonitio*, que corresponde à *nembrança* na versão da *Virtuosa Benfeitoria*.

É possível descobrir uma certa gradação nas diversas chamadas de atenção para a necessidade de agradecer um bem recebido, se atendermos às formas verbais utilizadas no seguinte passo do *De Beneficiis*:

“non enim exigo, sed repeto, et ne repeto quidem, sed admoneo⁴.”

Procuremos explicitar um pouco o conteúdo desta afirmação: com a primeira forma verbal – *exigo* – o autor pretende certamente aferir o acto compulsivo de *restituir* ou *pagar*; com a segunda – *repeto* – deter-se na atenção a prestar ao acto de *reclamar* ou de *reivindicar*, ou, ainda, de *repor* o benefício no quadro que lhe é próprio; com a terceira – *admoneo* – *propor* à consideração de quem recebeu o benefício que cumpre agradecer. Nunca, porém, haverá lugar para a *censura*: “ne umquam exprobrem⁵. Ao longo de todo o tratado, o autor chega a assumir que é legítima esta última posição – a *admonitio* – embora por vezes a recuse.

No entanto, a questão do preciso grau de autoria de ambos os textos não encontrará facilmente uma solução definitiva. Com efeito, se por um lado as inúmeras citações bíblicas e as afirmações de carácter teológico denunciam certamente a pena de Frei João, por outro, nunca será de esquecer que a elaboração do projecto inicial e uma cultura multifacetada, reconhecida já no seu tempo, como era a de Dom Pedro, não podem deixar de impor marcas relevantes em toda a obra.

⁴ Cf. V, XXI, 2.

⁵ Cf. II, X, 4.

Aquilo a que, em graus decrescentes, ousamos atribuir o sentido de *censura*, *exigência*, *reclamação*, *advertência*, pode corresponder às formas verbais *exprobrari*, *exigere*, *repetere*, *admonere*. Destes elos de ligação do sujeito ao acto de bem fazer, só o último se pode considerar aceitável. E mesmo este, sob determinadas condições, tanto para aquele que dá como para aquele que recebe. Poder-se-á ainda supor uma barreira entre a *repetitio* enquanto *reclamação* ou *reivindicação* por parte do benfeitor e enquanto *reposição* do lugar devido ao benefício em si mesmo – “resumere bono loco”⁶. Neste caso, por afastarem ambos o crédito ou lucro particular de quem quer que seja, *repor* (*resumere*) e *advertir* (*admonere*) encontrariam razão de ser em determinadas situações: na defesa do próprio benefício e de quem o recebe. A *Virtuosa Benfeitoria*, não sem motivo, separa os sentidos dos vocábulos e expressões *refferar*, *refferir* e *pedir agradecimento* de *remiir a benfeytoria*⁷, equivalente, a nosso ver, à distinção *repetere*/*resumere*.

Os que se consideram *bons* ou *honestos* não têm dificuldade em agradecer; por sua vez, os *desonestos* ou *maus* nunca virão a praticar tal acto, por mais *beneficiados* que sejam. O comportamento de uns e de outros decorre, evidentemente, do seu próprio estatuto. Mas há os que são chamados *segnes et tardi*⁸, ou, na versão do Infante, os *tardinheyros e preguiçosos*⁹, que só poderão chegar à condição de agradecidos, se lhes acudirem com a *admonitio* ou a *nembrança*. É curioso observar que o autor do *De Beneficiis* chega a tratar o acolhimento da *admonitio* como *uirtus secunda*, de que resulta necessariamente a *uirtus prima*, isto é, o próprio acto de agradecer¹⁰. Além disso, não receia identificar *admonere* e *repetere*: “Qui admonet, repetit”¹¹. Neste passo, a concessão de um outro benefício pode viabilizar a *admonitio*:

⁶ É a propósito da lembrança do velho cavaleiro diante de César que se afirma (V, XXV, 1): “Non est hoc repetere beneficium, sed resumere bono loco positum et paratum”.

⁷ Cf. 5, 6 (278.11-13).

⁸ Cf. V, XXII, 1.

⁹ Cf. 5, 6 (275.22).

¹⁰ É esta *uirtus*, a que impele uma outra, designada *uirtus secunda* (V, XXV, 5): “Moneri uelle ac posse secunda uirtus est.” V, XXII, 2: “Alterum illi beneficium do, si illum ingratum esse non patior”. Uma vez incutida, a *uirtus (prima)* é logo posta em prática (*Ep. ad Lucilium*, 94, 29): “erigitur uirtus cum tacta est et impulsu.”

¹¹ Cf. II, XI, 2.

“non est memoria renouanda, nisi ut aliud dando prioris admoneas.”

A advertência também é com vantagem confrontada com o acto de censurar – *exprobratio* – na medida dos efeitos que provocam em quem recebe, já que *taedium* é menos desprezível que *odium*:

“admonitio taedium facit, exprobratio odium¹².”

Outras particularidades envolvem ainda a *admonitio*. Só aquele que assume a condição de *amigo* e não de *inquiridor* a pode praticar. A este propósito, lembra-se o carácter de Tibério César quando pretendia votar ao total esquecimento o seu passado: repudiava quem tentasse lembrá-lo do que quer que fosse¹³. O problema do imperador era o do comum dos mortais: são em reduzido número os que tão somente de si mesmos dependem como o melhor condutor – *rector optimus* – dos seus próprios actos; a maior parte tem de recorrer a um *guia (dux)*¹⁴, cujo papel é susceptível de ser cabalmente desempenhado pela *admonitio* ou *nembrancha*.

Neste quadro, levanta-se também a questão de o *beneficium* se assumir como *creditum*¹⁵. É que, desta forma, o benfeitor, ao alertar o beneficiado para a obrigação de agradecer, deixa cair um dado essencial no acto de bem fazer: a *gratuidade*. Por esta via (voltando ao episódio ocorrido com Júlio César), o velho cavaleiro não podia manifestar a intenção de obter recompensa em troca do seu acto. Cabe, a quem dá, o *esquecimento* da obra feita; a *memória*, a quem recebe:

“Qui praestiterunt, obliuiscantur, pertinax sit memoria debentium¹⁶.”

Mas, se a advertência não surgisse por parte do cavaleiro, certamente deitar-se-ia a perder o benefício que só se afirma como tal quando torna efectiva a sua capacidade de suscitar o agradecimento. É que, se, por um lado, se vela pelo interesse (*necessitas*) do benfeitor, por outro, pelo bem

¹² Cf. II, XI, 6.

¹³ Cf. V, XXV, 2.

¹⁴ V, XXV, 5: “Paucis animus sui rector optimus; proximi sunt. Qui admoniti in uiam redeunt: his non est dux detrahendus.”

¹⁵ V, XX, 6: “beneficium uero ne corruperis creditum faciendo.”

¹⁶ Cf. I, IV, 5.

(*causa*) daquele que foi objecto do benefício¹⁷. A *admonitio* impõe-se por si mesma em determinadas situações: mesmo quando se foge a uma *norma* (*lex*), ninguém pode impedir a obtenção de um bem mais alto inerente à condição de cada homem: *consuetudo uitae humanae*¹⁸.

Para realçar que não se deve incorrer no perigo de deitar a perder qualquer benefício por parte do seu autor, aduz-se um caso exemplar do uso da *admonitio*: um célebre pedido de Sócrates, citado em ambos os textos. O Infante traduz literalmente a frase do texto latino:

“Emisssem pallium, si nummos haberem” > “compraria hũu manto se tevesse dinheyros”¹⁹.

Tanto a proposição subordinante (*apódose*) como a subordinada (*prótase*) recorrem a tempos secundários (*emisssem* e *haberem*, respectivamente), indício claro de uma condição que conduz ao afastamento da realidade: o pedido não visava, só por si, ser correspondido materialmente. De facto, houve tão somente uma chamada de atenção, de uma *advertência* e, de maneira nenhuma, de um *pedido*: “Neminem poposcit, omnes admonuit” > todos requereo e nenhũu demandou”²⁰. O Filósofo dá a entender que a ninguém *pediu*, isto é, “demandou”, mas tão somente *advertiu* ou “requereo”. Só a ele, como sábio, se tornou possível medir perfeitamente o alcance da sua afirmação, de forma a preservar a gratuidade do acto de quem se desse a socorrê-lo. A verdade, porém, é que o vulgar dos mortais não vive no meio de sábios²¹.

Tudo gira à volta da prática do *esquecimento* ou da *gratuidade* do benfeitor e da *lembrança* ou da *memória* de quem recebe. Da parte daquele, a *admonitio* não pode brigar com o desinteresse inerente ao acto de bem fazer. A posição clara do autor do *De Beneficiis* parece definir-se por inteiro quando ele admite abertamente o uso da *admonitio*, mas com algumas restrições – *non ex toto*²². Apesar de ser preferível *perder* a *reclamar* um benefício, há casos, no entanto, em que a *admonitio* se

¹⁷ V, XXV, 1.

¹⁸ V, XXI, 1.

¹⁹ Cf. VII, XXIV, 1-2; 3, 13 (224.25-26).

²⁰ (ibid.).

²¹ V, XXV, 3: “Tacendum erat et expectandum, si inter sapientes uiueremus”.

²² VII, XXIII, 3: “Cum dicimus beneficium repeti non oportere, non ex toto repetitionem tollimus”.

impõe. É o que acontece quando, como já foi referido, se acrescenta mais um benefício que necessariamente lembra o anterior: “aliud dando prioris admoneas”²³. Um outro ocorre quando está em causa a vida dos filhos, da esposa, ou o bem da pátria²⁴. Por fim, o tratamento reservado aos já citados *segnes et tardi/ tardinheyros e preguiçosos*.

Apenas dentro de um certo enquadramento se torna possível a *admonitio* e, até, a *repetitio* no quadro já definido ou, como se regista na *Virtuosa Benfeitoria*, a *nembrança* ou o *referimento*. Neste sentido, não se reveste de menor importância o *modo* como se deve chegar à sua prática, isto é, com o recurso à *humanitas*²⁵ que, em relação aos pais, assume a qualidade da *pietas*; para com os outros, corporiza um acto afectivo – *ames* – a incutir em todos, contrastando com a *superbia* suportada muitas vezes pela *inanis iactatio*²⁶, contrária, por sua vez, à *uerborum moderatio*²⁷ e ao modo de exprimir o mais fino acolhimento – *mollissime*²⁸. Tudo deverá convergir no sentido de levar quem quer que seja a achar-se conduzido tão somente pela *memória* do benefício²⁹.

Sem a falha do comportamento humano, o benefício transporta consigo a *memória* que conduz ao agradecimento. É o que se poderá concluir, se o quisermos encarar como um acto sustentado, também, numa base material.

Como *acto*, o benefício rompe com o próprio tempo: guarda também a qualidade que o faz ultrapassar o carácter efémero do agir humano, independentemente da *cousa* ou *res* em que se materializa. De facto, o *De Beneficiis* distingue duas faces na textura do acto humano: *actio* e *res*, *beneficium et materia beneficii*³⁰. Mas, na falta do segundo elemento, o

²³ Cf. n.º 11.

²⁴ Cf. V, XX, 7.

²⁵ Cf. II, XI, 4.

²⁶ Cf. II, XI, 5-6. É de notar que, para Sêneca, o sentido de *meminisse* corresponde a uma correcta e aceitável advertência, em contraste com *iactare* e *praedicare* (cf. VII, XXII, 1-2). Também é reprovável o modo insistente de advertir (II, XI, 1): “frequens meritorum conmemoratio.”

²⁷ Cf. V, XXV, 3.

²⁸ Cf. V, XXII, 2.

²⁹ Cf. V, XXIII, 2.

³⁰ VI, II, I: “non enim res est, sed actio.” I, V, 2: “Multum interest inter materiam beneficii et beneficium”. 1, 13 (40.20-21): “E outra cousa he materia do benefefficio e outra o benefefficio em sy meesmo.”

benefício dá-se por realizado, é irreversível e, por isso, resistente a qualquer força contrária: “inritum nulla uis efficit³¹”. O *acto* vale por si mesmo, independentemente da base material: “cum donasti beneficium est³².” A razão é que o benefício não se define apenas por aquilo que é o lado visível. Este pode não passar de uma prática exterior apenas com valor significativo – *ministerium*³³ – ou de uma simples marca perceptível aos sentidos: *uestigium* e *nota* do benefício³⁴. Por sua vez, a *Virtuosa Benfeitoria* assume o benefício como *signal* e *meyo*, em oposição à *cousa*³⁵. Entre uma e outra perspectiva – o que aparece e o que é real – nem há, por vezes, alguma correspondência: entre *species rei* e *ipsa res*³⁶.

Enfim, trata-se de um *acto perene*, exactamente porque não se prende à materialidade do objecto, a qual se esfuma com o tempo: *stabile et inmotum*³⁷ / *stavel e nom movediça*³⁸.

Por outro lado, se o acto de bem fazer se concretiza na vertente material – *res/ cousa* – perceptível aos sentidos, facilmente foge ao esquecimento³⁹. No entanto, a experiência diz-nos que muitos são também aqueles em que se apaga a lembrança dos actos, mesmo com o apoio da vertente material⁴⁰.

Conclui-se, por isso, que, por parte do benefício em si mesmo, nada falta para que se ofereça à *memória* dos homens. E deve-se acrescentar que em todas as *espécies* de benefícios. A propósito, refira-se que, para o filósofo de Córdova, estes dividem-se em *necessaria*, *utilia*, *iocunda*⁴¹, a

³¹ I, V, 3: “beneficium etiam amisso eo, per quod datum est, durat; est enim recte factum, quod inritum nulla uis efficit.”

³² Cf. VI, III, 4.

³³ I, V, 5: Omnia itaque, quae falsum beneficium nomen usurpant, ministeria sunt, per quae se uoluntas amica explicat.”

³⁴ I, V, 6: “Sic non est id, quod sub oculos uenit, sed beneficium uestigium et nota.”

³⁵ 4, 2 (235.3-5): “o beneficio nom he cousa dada principalmente mas signal e meyo per que sse mostra o amor e bemquerença que he primeyramente outorgada.”

³⁶ I, V, 5: “Hoc in aliis quoque rebus euenit, ut aliubi sit species rei, aliubi ipsa res.”

³⁷ VI, II, 3: “Potest eripi domus et pecunia et mancipium et quidquid est, in quo haesit beneficium nomen; ipsum uero stabile et inmotum; nulla uis efficiet, ne hic dederit, ne ille acceperit.”

³⁸ 6, 2 (317.32; 318.1): “E porem a benfeytura que nom he corporal fica stavel e nom movediça”.

³⁹ I, XII, 1: “ipsa res euanescentem memoriam excitet.”

⁴⁰ I, XII, 2: “Apud paucos post rem manet gratia.”

⁴¹ Cf. I, XI, 1.

que correspondem, na *Virtuosa Benfeitoria*, os *neccessaryos*, *proveytosos*, *honrosos*, *praziveeis*⁴². É a chamada divisão *formal*, que conduz à inserção dos benefícios *honrosos* no quadro dos *utilia*, o que revela um notório paralelismo de ambos os textos. De facto, de entre estes são nomeados expressamente os “honor et processus ad altiora tendentium”⁴³, isto é, o que é próprio do *exalçamento*, a marca dos benefícios *honrosos*⁴⁴. A todos os benefícios, porém, compete a qualidade de serem constantes, duradouros: *mansura*⁴⁵, *duratura*⁴⁶; na *Virtuosa Benfeitoria*, regista-se que se deve “*dar cousa que seja duradoyra*”⁴⁷. Tal significa que o benefício, por si mesmo, leva necessariamente ao acto de agradecer, isto é, guarda a *memória* do acto que fará retornar a virtude do benefício ao seu autor. A dificuldade também pode surgir, quando o benefício se reveste do *modo de seer* designado *sucessiuo* na linguagem do Infante, como “falar e cantar e correr e fazer mouimento” que duram apenas quando acontecem, contrariamente ao *modo* chamado *perseverante* como “casas e ymagees feeguradas”⁴⁸ que ficam, através do tempo, presas à *memória*. Afirma-se, ainda, que o “seer gracioso” depende da “perseverança en bondade” que se exprime “per cousas que sejam muyto duradoyras”⁴⁹.

Enfim, a perenidade do benefício resultará, anteriormente à sua prática, de um contexto que inclui a *vontade*, a *intenção*⁵⁰, o que se situa na interioridade do sujeito. Desta forma, a textura do benefício poderá também fixar-se, em cada um dos textos, no seguinte esquema:

- uoluntas > actio > res
- voõtade > aucto > cousa

⁴² Cf. 1, 14 (41-43).

⁴³ Cf. I, XI, 5.

⁴⁴ Cf. 1, 17 (47.5).

⁴⁵ Cf. n.º 41.

⁴⁶ Cf. I, XII, 1.

⁴⁷ Cf. 1, 20 (55.26).

⁴⁸ Cf. 2, 33 (182.7-18).

⁴⁹ Cf. 1, 19 (53.17-20).

⁵⁰ É constante o apelo, tanto no *De Beneficiis* como na *Virtuosa Benfeitoria*, a vocábulos que exprimem a raiz do acto de bem fazer: *animus*, *uoluntas*, *mens*, *arbitrium*, *rector*, *cogitatio*/ *entençom*, *voõtade*, *tallante*, etc..

Para manter ininterrupta a “doce e forçosa cadea de benfeytoria”⁵¹, torna-se indispensável a *memória* naquele que recebe e que, por isso mesmo, deve agradecer, devolvendo o acto de bem fazer à procedência: é a chamada *retornança* ou *retornamento*⁵².

Ambos os autores recorrem à clássica figuração das *Graças*⁵³ para plasmar a actividade dos indivíduos organizados em sociedade: por um lado, faz-se corresponder a *circular ordenança*⁵⁴ das mãos de cada uma das jovens à *circular redondeza*⁵⁵ conseguida pelo *continuado agradecimento*⁵⁶; por outro, é a constante novidade da memória que garante o mesmo acto: “non debet beneficiorum memoria senescere”⁵⁷. Tudo se consubstancia na manutenção do *ordo beneficij* que faz voltar o acto de bem fazer ao seu autor: “ad dantem reuertitur”⁵⁸. A memória, considerada pela *Virtuosa Benfeytoria* como um dos *tres poderios*⁵⁹ da alma humana, deve perseguir sempre os que recebem os benefícios⁶⁰ e mover a interioridade de cada indivíduo⁶¹.

O *acto* em si mesmo não se dissolve com o tempo; cabe, porém, à *memória* recuperá-lo pelo acto de agradecer – “Memoria gratum facit”⁶² – no quadro da frágil condição humana, eternizando deste modo os laços de cada indivíduo a uma sociedade em permanente reconstrução.

⁵¹ Cf. I, 1 (13.10).

⁵² 5, 1 (263.17-21): “E por este retornamento podemos entender natural semelhança antre as obras da natureza e aquellas que fazem a vida moral porque todas trazem retornança pertecente, partindo’sse do seu começo e continuando prosseguimento atees que a elle se tornam em fym.”

⁵³ Cf. I, III, 2 – I, IV, 6; 1, 19 (51-54).

⁵⁴ Cf. 1, 19 (52.24).

⁵⁵ Cf. 1, 19 (53.24).

⁵⁶ Cf. 1, 19 (53.26).

⁵⁷ Cf. I, III, 5.

⁵⁸ I, III, 4: “ordo beneficij per manus transeuntis nihilo minus ad dantem reuertitur”.

⁵⁹ Os outros dois *poderios* são o *entendimento* e a *voontade*. Cf. 5, 3 (268.9-24).

⁶⁰ VII, XXVIII, 1: “an omnium te beneficiorum memoria comitetur.”

⁶¹ I, IV, 6: “memoriam officiorum incidere animis uolunt”.

⁶² Cf. III, IV, 2.